



**ASSISTENCIALISMO E EMPREENDIMENTOS POPULARES DE TRABALHO: RELAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA?**

ASSISTENTIALISM AND POPULAR ENTERPRISES OF LABOUR: RELATIONS
REQUIRED FOR ERADICATION OF POVERTY?

ASSISTENCIALISMO Y PROTAGONISMO POPULAR: RELACIONES NECESÁRIAS PARA LA
ELIMINACIÓN DE LA POBREZA?

Deise Luiza da Silva Ferraz
deiseluizaferraz@gmail.com
UFMG

Rafael Rodrigo Mueller
rrmueller@ymail.com
UNESC

ASSISTENCIALISMO E PROTAGONISMO POPULAR: RELAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA?¹

Resumo

Trabalhadores da superpopulação estagnada buscam em empreendimentos populares de trabalho formas de amenizar o processo de pauperização em que se encontram, bem como também objetivam superar a condição de público de ações assistencialistas. Contudo, na efetivação das experiências fomentadas por políticas públicas, observa-se que o trabalho efetivamente não liberta esta população do assistencialismo. Assim, o objetivo deste texto é analisar a situação paradoxal dos envolvidos nessas experiências, defendendo o argumento de que, sob uma análise acurada, o paradoxo se dissolve. A concomitância entre o esforço laborativo dos considerados carentes e o assistencialismo decorre, na verdade, do movimento de acumulação do capital e de sua manifestação particular na disputa pela aplicação do fundo público em países cujo desenvolvimento econômico passa pela superexploração da força de trabalho. A experiência dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações na região de Curitiba no estado do Paraná e a prática dos trabalhadores desempregados organizados em um movimento social no estado do Rio Grande do Sul constituem o objeto empírico da análise realizada. A observação sistemática e a participante permitiram o acesso a dados que, ao serem analisados, demonstraram os limites das políticas públicas de geração de trabalho e renda que têm como público alvo a superpopulação consolidada. Os resultados indicam que, nos termos em que está sendo posto pelas políticas públicas, essa população demanda a permanência do assistencialismo, e por consequência, dos desdobramentos dessa necessária relação, corroborando o argumento central do texto.

Palavras-Chave: Distribuição de renda; Desenvolvimento social; Processo de Pauperização; Autogestão

Abstract

Workers within the stagnated super population seek in less sophisticated work enterprises ways to diminish the pauperization process in which they are involved, as well as overcome the condition of the beneficiary of assistentialist policies. However, in making effective the experiences fomented by public policies, it may be observed that work does not free this population from assistencialism. Thus, this text's objective is to analyze the paradox situation of the ones involved in these experiences, defending the argument that, under an accurate analysis, the paradox is dissolved. The concomitance between the labor effort of the ones considered poor and assistencialism is a consequence, in reality, of the movement of capital accumulation and its particular manifestation in the dispute for the application of public funding in countries whose economic development results from the over exploration of the work force. The experience of recyclable waste pickup workers organized in associations in the region of Curitiba in the state of Paraná and the practice of unemployed

¹ Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo convênio IPEA/CAPES Cátedras para o Desenvolvimento, tendo como patrono Maurício Tragtenberg.

workers organized in a social movement in the state of Rio Grande do Sul constitute the empirical object of the analysis conducted. The systematic observation and the participant have allowed access to data that, when analyzed, show the limits of public policies of work and profit generation whose target audience the consolidated super population. The results indicate that, in the terms being placed by public policies, this population demands the permanence of assistencialism, and consequently the unfolding of this necessary relationship, corroborating the central argument of the text.

Keywords: Profit distribution; Social development; Pauperization process; self management

Resumen

Trabajadores de la superpoblación estancada buscan en emprendimientos populares de trabajo formas de amenizar el proceso de pauperización en que se encuentran, así como también objetivan superar la condición de público de acciones asistencialistas. Sin embargo, en la efectuación de las experiencias fomentadas por políticas públicas, se observa que el trabajo efectivamente no liberta esta población del asistencialismo. Así, el objetivo de este texto es analizar la situación paradójica de los involucrados en esas experiencias, defendiendo el argumento de que, bajo un análisis profundo, el paradojo se disuelve. La concomitancia entre el esfuerzo laboral de los considerados necesitados y el asistencialismo proviene, en realidad, del movimiento de acumulación de capital y de su manifestación particular en la disputa por la aplicación del fondo público en países cuyo desarrollo económico pasa por la sobreexplotación de la fuerza de trabajo. La experiencia de los recogedores de materiales reciclables organizados en asociaciones en la región de Curitiba en el estado de Paraná y la práctica de los trabajadores desempleados organizados en un movimiento social en el estado de Rio Grande del Sur constituyen el objeto empírico del análisis realizado. La observación sistemática y la participante permitieron el acceso a datos que, una vez analizados, demostrarán los límites de las políticas públicas de generación de trabajo y renta dirigidas a la superpoblación consolidada. Los resultados indican que, en los términos en que se está poniendo por las políticas públicas, esa población demanda la permanencia del asistencialismo, y por consecuencia, de los desdoblamientos de esa necesaria relación corroborando el argumento central del texto.

Palabras Clave: Distribución de renta; Desarrollo social; Proceso de Pauperización; Auto gestión

1 INTRODUÇÃO

A meritocracia é o critério menos polêmico para o julgamento acerca da justiça distributiva, pois, como demonstra Barbosa (2001), no Brasil, apesar de não haver práticas meritocráticas similares às existentes em países como Estados Unidos da América e Japão, a ideologia meritocrática é um caráter cultural marcante. Uma das esferas em que a meritocracia é acionada de modo mais naturalizado é a do trabalho, sobretudo quando a questão se refere à recompensa pelos esforços laborativos efetuados.

Em geral, a consciência social imediata é composta pelo ideário do trabalho como construtor da dignidade humana; não se trata, porém, da discussão da humanização da espécie pelo trabalho, conforme a discussão de cunho ontológico-marxiana, mas, sim, do esforço individual enquanto definidor do merecimento do *quantum* da riqueza social cabe a cada um. O trabalho, enquanto indicador meritocrático e mediador da dignidade, como aponta Tragtenberg (2010), aparece como alavanca na acumulação do capital. Um dos determinantes dessa concepção do trabalho foi propiciado pela transformação das ideias religiosas decorrentes da Reforma, como já apontava Weber (2004) e como explica o primeiro autor.

O objeto para a busca da salvação individual é a glória de Deus. E os meios não constituem na oração – como na idade média –, mas na ação, na santificação do mundo com o esforço e o trabalho. [...]. Assim o protestantismo, na sua corrente calvinista, aparece como uma das alavancas básicas na acumulação do capital, criando as condições psicológicas que permitem a integração do homem no sistema econômico capitalista (TRAGTENBERG, 2010, p. 34).

Condições psicológicas que não ficaram restritas aos calvinistas ou aos luteranos, como as práticas de fiéis de outras religiões ocidentais, demonstram quando intervêm na realidade de pessoas que, embora integrados no sistema econômico capitalista, não conseguem reproduzir a existência por meio da venda da força de trabalho.

A incapacidade da autonomia econômica dessas pessoas os coloca, segundo o julgamento de uma consciência social imediata, no grupo daqueles que são, ora designados como *preguiçosos*, ora como *desafortunados* que necessitam de assistência para superar a condição de pauperismo em que vivem. Ao socorro deles, resgata-se o altruísmo enquanto mediador para a paz de espírito, ou como destaca Tragtenberg (2010, p. 41) “[...] não se trata mais, para a Igreja, de santos ou pecadores, mas, sim, de gente honrada [...] que gosta de assegurar-se em todos os sentidos, salvar-se na vida terrena pelo acúmulo de riqueza e na vida ultraterrena pela doação de esmolas”. Todavia, a doação de esmolas

em si contraria a ideologia meritocrática e, assim, ela vem acompanhada do provérbio popular *não dê o peixe, ensine a pescar* que mobiliza grupos sociais distintos a intervirem na realidade daqueles que não conseguem vender, de forma estável, a única mercadoria que possuem.

As intervenções manifestam-se de distintas maneiras, pode-se destacar, por exemplo, as campanhas de donativos de mercadorias necessárias à reprodução da existência. Roupas, comida, material escolar, brinquedos são arrecadados ao longo do ano por diferentes instituições: igrejas, organizações não governamentais, empresas etc. e destinadas às comunidades consideradas carentes nas devidas datas comemorativas. Outra manifestação da intervenção são os projetos de resgate da cidadania. Projetos que possibilitam o acesso a cursos de qualificação técnica às crianças, aos jovens e aos demais moradores das periferias urbanas.

Em geral, acredita-se que, com a execução desses projetos e/ou o acesso às mercadorias básicas necessárias à reprodução da vida, as pessoas pauperizadas estarão capazes de garantir sua existência de forma autônoma, ou seja, estarão aptos para trabalhar e tornarem-se merecedores de sua cota da riqueza social. Essa crença mobilizou dois grupos de pessoas, um no estado do Rio Grande do Sul e outro no estado do Paraná. As experiências de intervenção visualizaram a formação de empreendimentos populares de trabalho enquanto forma de possibilitar a autonomia econômica dos beneficiados.

As experiências apresentam suas especificidades, mas, como se verá no decorrer do texto, as intervenções criaram um resultado comum que por eles é avaliado como sendo paradoxal. Qual seja: embora haja um esforço laborativo dos trabalhadores carentes beneficiados, eles não conseguem superar a condição de carentes. O paradoxo é estabelecido entre a crença de que o trabalho possibilita a autonomia econômica – restando, portanto, *ensinar a pesca* – e a concretude de que efetivação do trabalho nos empreendimentos econômicos nas periferias, a despeito do esforço laboral, não permite superar a necessidade das doações aos grupos empreendedores.

Iasi (2006), ao discutir a formação da consciência social, menciona que, em sua primeira forma de manifestação, ocorre a apreensão das relações sociais em suas parcialidades, não compreendendo, portanto, os múltiplos determinantes que compõem a totalidade contraditória. ,Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelos envolvidos nas ações intervencionistas são percebidas enquanto um paradoxo por captar a realidade social em sua parcialidade, por vivenciar a ruptura entre as crenças

da consciência imediata e a concretude contraditória da vida. Assim, o objetivo deste texto é analisar a situação paradoxal com que os envolvidos nas experiências se defrontaram defendendo o seguinte argumento: sob uma análise acurada, o paradoxo se dissolve revelando que a concomitância entre o esforço laborativo dos considerados carentes e o assistencialismo decorre do movimento de acumulação do capital.

Para tanto, teoricamente, recorre-se a autores como K. Marx, F. Oliveira e R. Marini, destacando, do primeiro, a constituição da superpopulação estagnada, do segundo, o papel do fundo público e, do terceiro, o conceito de superexploração da força de trabalho. As relações concretas que sustentam tal argumento provêm de duas experiências de grupos de trabalhadores que residem nas periferias dos centros urbanos: uma ocorrida no estado do Rio Grande do Sul e outra no estado do Paraná. Essas experiências podem ser sumariamente descritas como experiências de organização de um estrato populacional pauperizado que, por meio do trabalho coletivo e autogerido, busca mitigar o processo de pauperização em que vive, a fim de eliminar a necessidade do assistencialismo, sem, contudo, obterem a concretização de ambos os objetivos.

A explanação inicia-se pela descrição do método de coleta de dados, item 2 do texto. Na sequência, item 3, as discussões teóricas acerca de o pauperismo ser um elemento constituído e constituinte do processo de valorização do valor serão apresentadas. No item 4, segue a descrição das experiências de trabalho do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Mundo Novo (ACMN) respectivamente, como também as análises decorrentes da discussão entre dados e teorizações. Por fim, algumas considerações finais.

2 MÉTODO DE COLETA E A APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As experiências apresentadas nesse item provêm de uma realizada em um movimento social no estado do Rio Grande do Sul, o MTD, entre os anos de 2007 e 2009, e de outra pesquisa realizada no estado do Paraná, na ACMN, no ano de 2011².

Para a elaboração do estudo no MTD, utilizaram-se as técnicas de entrevistas semiestruturada, a história de vida, a observação participante e a análise documental. Contudo, neste texto, será enfatizado apenas o conteúdo obtido pelas entrevistas e pela observação. Foram entrevistadas dez

² As experiências empíricas apresentados neste texto tiveram o financiamento da CAPES e do IPEA. A pesquisa desenvolvida no Paraná faz parte de um projeto de extensão denominado Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa). Este, por sua vez, compõe um projeto de pesquisa aprovado pelo convênio IPEA/CAPES Cátedras para o Desenvolvimento, conforme edital 01/2010. O patrono da presente Cátedra é Maurício Tragetenberg. A pesquisa realizada no Rio Grande do Sul teve o financiamento da CAPES pela concessão da bolsa de doutoramento à primeira autora do artigo.

pessoas do Movimento, algumas estavam envolvidas nas atividades assistenciais efetuadas pela Pastoral Operária desde o ano de 1995. Foram essas atividades um dos fatores que propiciaram a organização dos assistidos no Movimento que foi oficialmente fundado no ano de 2000. Outros entrevistados reuniram-se aos desempregados ao longo do processo. Esses foram indicados para as entrevistas por terem acompanhado o movimento desde seus primórdios ou por estarem bastante envolvidos nos projetos do MTD atualmente. As entrevistas tiveram uma duração média de três horas distribuídas em dois encontros de noventa minutos.

Os dados na ACMN foram coletados entre os meses de junho e novembro de 2011, por meio do método pesquisa participante (BRANDÃO, 1981). Seguindo uma abordagem marxiana, Brandão (1981) transmuta a explicação do real por meio do conhecer o outro, característica das pesquisas cujo método se baseia na observação participante, em estudos que buscam compreender para servir à comunidade pesquisada. A pesquisa participante, portanto, manifesta-se, concomitantemente, como um processo educativo e de pesquisa, no qual o investigador apreende a realidade do objeto por meio de uma relação dialógica. Para concretização desse processo de educação e pesquisa, organizou-se uma ferramenta denominada Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa).

Nesse projeto de extensão, alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação formaram grupos de trabalho, com a finalidade, tanto de estudar algumas teorias, capacitando-os para a apreensão científica do real, quanto para estabelecer o diálogo com as comunidades estudadas. Dessa relação dialógica construíram-se projetos de intervenção na realidade dos empreendimentos econômicos efetuados pelos trabalhadores residentes nos bairros periféricos da cidade de Curitiba e região metropolitana conforme os anseios dos mesmos. Essas experiências colocaram os estudantes em face do paradoxo aqui discutido (como ocorreu com os outros grupos de apoiadores). O debate no grupo de estudo potencializou a elaboração deste texto.

Os projetos realizados em 2011 respeitaram as demandas locais como também as potencialidades dos extensionistas. Ao todo, vinte e dois estudantes participaram do EIVPa, sendo realizadas em torno de vinte e cinco saídas de campo no período acima mencionado, sendo que a vivência ocorreu em cinco associações diferentes, três delas localizadas na cidade de Curitiba e duas em cidades da Região Metropolitana. No caso deste estudo, optou-se por apresentar apenas uma associação. A escolha da ACMN ocorreu pelo fato de ela depender do assistencialismo da comunidade local (assim

como os demais), apesar de ser o empreendimento com a melhor infraestrutura de trabalho dentre os grupos pesquisados.

Torna-se relevante destacar que todas as vivências foram registradas em cadernos de campo e fotografadas. Foram efetuadas dez entrevistas com alguns catadores e coletados depoimentos de três pessoas que participam dos grupos que apoiam técnica ou financeiramente a ACMN, buscando compreender pontos específicos acerca das relações estabelecidas entre eles.

A conclusão da coleta de dados de ambas as pesquisas ocorreu conforme o critério de saturação (PIRES, 2010). Destaca-se que não se trata de um estudo comparativo, mas de uma análise multicaso, na qual elementos semelhantes e distintos dos casos permitem compreender o fenômeno estudado: a necessidade de doações a despeito do esforço laborativo do estrato populacional pauperizado. Nesse sentido, ambos os casos compõem o *corpus* empírico completo e, apesar de aparecerem como “[...] uma constelação particular de forças sociais, políticas, econômicas e ideológicas” (TRAGTEMBERG, 2010, p. 43), se constituíram – pelo critério de saturação – como um universo de análise, o que permitiu a elaboração da generalização analítico-teórica (PIRES, 2010). Em suma, trata-se de uma pesquisa com estrutura aberta, na qual

[...] a generalização que o pesquisador faz é principalmente teórica ou analítica, porque ele passa diretamente do nível empírico ao nível teórico. Em uma pesquisa com uma estrutura aberta o pesquisador não se detém a apresentar seu *corpus* como uma amostra operacional de seu universo de análise. [...] é que seu objetivo final não o leva aqui a fazer uma generalização empírica, a partir de seu material, ao restante de seu universo de análise observado, antes de passar ao plano teórico (PIRES, 2010, p. 174).

A generalização analítico-teórica impescinde de um *corpus* teórico. Neste estudo, o esmaecer do paradoxo necessita da compreensão da produção do estrato populacional que carece das doações e de sua funcionalidade para o sociometabolismo do capital. Para tanto, a teoria crítica compõe o *corpus* teórico que possibilitará a generalização analítico-teórica.

3 REFLEXÕES TEÓRICAS: A EXPLICAÇÃO DO PARADOXO

Marx (1996) observa, ao discutir a lei geral de acumulação de capital, que a classe trabalhadora é constituída por um Exército Ativo (EA) e um Exército de Reserva (ER) ou superpopulação relativa.

O movimento de acumulação está em correspondência com o movimento de centralização do capital e, esse, encontra na concorrência e no crédito sua alavanca. Crédito concedido, muitas vezes, pelo

próprio Estado, trata-se da riqueza social atuando como antivalor, como se verá adiante. Não cabe adentrar aqui na discussão desses fatores, apenas sumariamente evidenciar que: 1) o crédito, em seus primórdios, auxiliava na acumulação, torna-se uma “[...] nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais” (MARX, 1996, p. 258); e, 2) a centralização do capital é impulsionada pela concorrência entre os capitalistas, esta é mediada pelo barateamento das mercadorias, que por sua vez, depende da produtividade do trabalho. Assim, nas palavras de Marx (1996a, p. 259),

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.

O ER em Marx é um conceito que expressa a existência de um contingente populacional que constitui a classe trabalhadora e que apresenta uma determinada funcionalidade no movimento de valorização, mesmo não incorporando, de forma estável e *direta*, trabalho vivo no processo produtivo.

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à *ociosidade forçada* em virtude do sobretabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 256-7).

Ferraz (2010, p. 77), a partir das considerações de Marx, afirma a funcionalidade atual do ER para o processo de produção, acumulação e centralização do capital.

A superpopulação relativa é, concomitantemente, uma **produção necessária** para o movimento de acumulação, **um mecanismo que alavanca** a valorização do capital e a **própria condição de existência** do modo de produção capitalista. **Produção necessária** porque ao capital é imprescindível à existência do recurso [força de] trabalho em abundância, mercadoria sempre à disposição que permite, via concorrência, a intensificação do aumento da mais-valia absoluta e relativa – **mecanismo que alavanca** –; sem a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis, o exército ativo teria a possibilidade concreta de eliminar a expropriação da mercadoria força de trabalho inviabilizando a realização do lucro, reside aí, a manifestação do ER como **condição de existência** do modo de produção capitalista. (Grifos da autora do artigo)

Após verificar as alterações que a acumulação do capital implica no contingente populacional de trabalhadores, Marx (1996) percebeu que o ER se manifestava de forma distinta quais sejam: como

superpopulação relativa fluente ou *líquida*, como *superpopulação relativa latente* e como *superpopulação relativa estagnada*.

A superpopulação relativa fluente aparece formada por trabalhadores das indústrias modernas que, ora são atraídos, ora são repelidos das unidades produtivas, em decorrência dos ciclos econômicos de acumulação do capital. Observa-se isso ocorrendo, hodiernamente, em escala mundial. Por exemplo, se a década de 1990 pode ser caracterizada como a década do desemprego no Brasil, que faz aos sindicalistas indagações como *O que fazer?* o mesmo não pode ser dito dos últimos anos, quando o País tem experimentado o ciclo do crescimento econômico. Por outro lado, países que tinham condições favoráveis às contratações, como os Estados Unidos da América e os países do oeste europeu, nos últimos anos, estão amargando altas taxas de desemprego. Na Espanha, em 2010, a taxa de desemprego alcançava os 20% da População Economicamente Ativa (CIA World Factbook, 2012). É a fluência do ER conforme expansão do capital no movimento de acumulação e centralização.

A superpopulação relativa latente encontra-se sob as condições precárias de trabalho no campo e, portanto, sua transferência para o proletariado urbano é iminente (MARX, 1996,). Como ponderaram Oliveira e Marini – discussão que será pormenorizada no próximo item –, parte desse estrato, historicamente, acumulou-se no ER urbano brasileiro, e a impossibilidade de tornar-se EA transforma-o em superpopulação estagnada.

A superpopulação relativa estagnada “constitui parte do EA de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”, [em que o] máximo do tempo de serviço é o mínimo de salário” (MARX, 1996, p. 272). Marx aponta que esse grupo é o que aumenta progressivamente, seja pelas alterações qualitativas no capital orgânico que empurram os indivíduos para o ER – industrial, agrário etc. –, seja pelo crescimento vegetativo da população absoluta. Em outras palavras, a superpopulação estagnada é exército de reserva, embora esteja na ativa.

Observa-se que Marx (1998) identificou que o ER é composto por um grupo cujos indivíduos estão incapacitados para o trabalho. Esses não seriam mais aproveitados segundo as qualidades da força de trabalho demandadas pelo padrão tecnológico hegemônico de produção de mais-valia, ou seja, por não dispuserem de uma mercadoria que atenda qualitativamente às demandas do capital.

A permanência de uns indivíduos e não de outros na superpopulação estagnada tem como um dos fatores tal incapacidade. Como demonstrado, a existência do ER é condição necessária ao movimento de acumulação do capital, e o critério para a seleção dos trabalhadores que nesse grupo permanecem ocorre pela qualidade da mercadoria que os mesmos têm a ofertar, colocando-os em concorrência com outros trabalhadores. A maioria dos trabalhadores dos grupos estudados é exemplo de força de trabalho sem a qualidade necessária para a mobilidade entre os estratos que compõem a classe trabalhadora (da superpopulação relativa estagnada ao exército ativo).

Para Marx, assim como a produção do ER é resultado do movimento de acumulação do capital, outro desdobramento atinge a classe trabalhadora, qual seja: a pauperização.

A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1996a, p. 275).

A pauperização do ER atinge com maior intensidade a superpopulação estagnada e culmina com a constituição de uma *superpopulação consolidada*.

Para Ferraz (2010), as ponderações ou as argumentações de Marx demonstram que a produção do ER e a produção de sua pauperização são manifestações de um mesmo processo, o movimento de acumulação do capital. Portanto, esse dois momentos de um mesmo fenômeno são *produtos necessários, alavancas e condições de existência da acumulação do capital*. A autora afirma que

[...] o ER não se manifesta como desnecessário ao movimento de (re)produção do capital [...] concluímos que este contingente populacional manifesta-se como superpopulação *supérflua* em função do trabalho vivo de um número cada vez maior de pessoas ser desnecessário para pôr em movimento determinada massa dos meios de produção segundo as regras de sociabilidades formais – segundo os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história; que o exército de reserva manifesta-se como superpopulação *subsidiadora* quando o trabalho vivo efetuado pelos indivíduos segundo as mais diversas formas de sociabilidades informais permite o barateamento da mercadoria força de trabalho, bem como quando o sobretrabalho é repassado indiretamente ao capitalista via cristalização deste, sob a forma de trabalho morto, na mercadoria que será incorporada ao processo produtivo; e, manifesta-se como superpopulação *subsidiada* quando torna-se, por exemplo, cliente dos programas sociais financiados pelas empresas em nome da responsabilidade social, em suma, quando o criador precisa manter sua criatura. Mas, seja enquanto manifestação *supérflua*, *subsidiadora* ou *subsidiada*, este contingente

populacional não deixou de ser, fundamentalmente, **produto** do modo de produção capitalista, **alavanca de acumulação** do capital e **condição necessária** à perpetuação do modo antagônico de controle do sociometabolismo da humanidade, ou seja, um grupo populacional que Marx denominou exército (industrial) de reserva (FERRAZ, 2010, p. 160-1) (Grifos da Autora)

É importante lembrar que, enquanto superpopulação subsidiada, esse estrato apenas demonstra como o atual modo de produção exterioriza o que produz, transferindo a responsabilidade do que cria para a própria criatura, ou seja, lança ao EA o custo de subsistência dos trabalhadores da reserva, como a necessária ação assistencial efetuada pelos, agora não mais denominados trabalhadores, mas, sim, cidadãos. Trata-se da troca de papéis encobrendo a relação entre EA e ER sob um processo de pauperização.

Posto isso, é necessário destacar o papel desse processo de pauperização enquanto alavanca para a acumulação de capital em países de desenvolvimento tardio, como o Brasil. Para isso, recorre-se a Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira.

3.1 A superexploração dos trabalhadores brasileiros

Ruy Marini e Francisco de Oliveira desenvolvem duas explicações complementares acerca do modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. R. Marini demonstra que o desenvolvimento dependente é o resultado do próprio movimento global da acumulação do capital e, em função disso, toma formas particulares conforme as esferas da produção e da circulação de mercadorias se expandem. Em uma análise bastante acurada da realidade brasileira, o autor salienta que a posição dos países em desenvolvimento na relação com os países de capitalismo avançado permite que: 1) as técnicas que propiciam o aumento da produtividade do trabalho sejam implantadas nos primeiros a despeito da efetivação – ou não – da taxa decrescente de lucro, resultando em acréscimo na apropriação da mais valia relativa e; 2) o desenvolvimento das forças produtivas nos países desenvolvidos torna determinadas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho. Contudo, nos países em desenvolvimento, as mesmas mercadorias circulam na esfera do consumo suntuoso, não atingindo a classe trabalhadora mais empobrecida e, portanto, fixando o valor da força de trabalho abaixo do seu valor real. Assim, embora, no momento histórico, determinadas necessidades estejam desenvolvidas, elas não constituem o valor da força de trabalho nesses países, fazendo com que a remuneração do fator trabalho esteja aquém do valor real da mercadoria, em suma, eleva-se a produção de mais valia absoluta. Posto isso, R. Marini afirma que o desenvolvimento do modo de sociabilidade capitalista, no Brasil, ocorre por meio do que ele chama de superexploração

do trabalho. Em resumo, o autor defende que o grau de exploração do trabalho não deve ser considerado apenas segundo as condições regionais, mas, sim, em parâmetros mundiais, pois é dessa forma que ocorre a acumulação do capital. Nesse sentido, a superexploração é para R. Marini o resultado da relação entre o aumento da produtividade do trabalho social e da remuneração da força de trabalho abaixo “[...] de seu valor real” (MARINI, 2000, p. 160) nos países onde essa produtividade é implantada e, não, desenvolvida.

Sob o ponto de vista do capital privado, é possível compreender o mecanismo da superexploração do trabalho. Resta agora observar como a esfera pública se relaciona com a superexploração. Para tanto, recorre-se a Oliveira (1998) que explica que o movimento de acumulação de capital, após a década de 1930, carece de um elemento estrutural que não se comporta como capital: trata-se do fundo público, que opera enquanto produtor de antivalores e antimercadorias. Para o autor, o fundo público é um valor monetário que, incorporado no processo de valorização dos capitais privados, não se valoriza, mas alavanca a sua valorização. O acesso ao fundo público possibilita, portanto, que capitais particulares tenham taxas de lucros particulares em relação ao setor de atuação, efetivando-se uma concorrência desleal e, por via de consequência, impulsiona o movimento de centralização do capital e, como já se viu, o processo de pauperização da classe trabalhadora. Todavia, sem esse fundo, Oliveira (1998) menciona que o capital não teria potência para sua própria valorização, sobretudo, em setores de tecnologias avançadas.

O fundo público também possibilita a desmercantilização de parte da força de trabalho. Essa desmercantilização ocorre pelo fornecimento dos serviços sociais pelo Estado. Saúde, educação, tarifas de transporte coletivo etc., nos países da OCDE, deixaram de ser parâmetro para a constituição do valor da força de trabalho, tendo em consideração que o acesso a esses bens ocorria por meio da aplicação do fundo público, o que não é sinônimo de eliminá-los da cesta de produtos necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, o investimento do fundo para o desenvolvimento das forças produtivas (antivalor), sobretudo, para o aumento da produtividade do trabalho, possibilitou que o *mix* de bens que compõem as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, naqueles países, fosse composto por bens suntuosos que se converteram em bens populares e, por bens básicos que circulavam na esfera dos investimentos do fundo público em gastos sociais. Nesse ínterim, o valor da força de trabalho era assim elevado, ao mesmo tempo em que era subsidiado.

Tem-se o fundo público operando de forma estrutural no movimento de produção e acumulação de capital. Por um lado, de forma direta e particular, altera taxas de lucro, de outro, de modo ampliado, aumenta a taxa de mais valia, ao reduzir o valor da força de trabalho.

Ao relacionar as afirmações de R. Marini com as de F. Oliveira, tem-se que, nos países em desenvolvimento, o valor da força de trabalho não compreende os bens que compõem a cesta de mercadorias necessárias para a satisfação das necessidades históricas dos trabalhadores que as forças produtivas sociais já são capazes de satisfazer. Se, nos países desenvolvidos, sobretudo naqueles que viveram o Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), o valor da força de trabalho é reduzido pelo processo de desmercantilização (subsídio) operado pelo fundo público sem o prejuízo do consumo. Nos países em desenvolvimento, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor em função de um desequilíbrio na função desse elemento estrutural.

Considerando apenas o período histórico pós-Constituinte de 1988, observa-se o fundo público operando enquanto antivalor, a despeito de ter sido aquela um marco simbólico importante para a universalização de alguns direitos como, por exemplo, o acesso gratuito a educação e saúde.

A ação do fundo público enquanto alavanca de acumulação do capital pode ser observada nas inúmeras políticas de crédito levada a efeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social, nas privatizações, nas isenções fiscais decorrentes das disputas estaduais por plantas produtivas de capital estrangeiro, sem mencionar a liberdade de movimentação do capital financeiro e os resgates de dívidas de empresas que decretaram falência. Por sua vez, é factível que as antimercomodias, que deveriam ter se constituído por meio do fundo público, não têm a extensão necessária para suprir as demandas dos trabalhadores. Educação e saúde, por exemplo, compõem um campo para o setor privado que, subsidiado pelo fundo público, fez da suposta antimercomodoria uma mercadoria que compõe a cesta básica dos trabalhadores mais especializados do EA.

O argumento, sendo posto dessa forma, tende a demonstrar que a força de trabalho no Brasil deveria ser superior à dos países desenvolvidos. Por não ser subsidiada, todavia, resta lembrar dois mecanismos que possibilitam a baixa remuneração: a existência da superpopulação relativa estagnada e o setor de crédito.

O fato de um grande estrato da população fazer parte da superpopulação estagnada, à qual, tanto a educação básica, quanto a saúde se encontram à disposição, permite a oferta de alguns componentes das cestas das mercadorias do trabalhador do EA a um baixo custo, como é o caso dos serviços de limpeza, manutenção, cuidado das crianças etc. A transferência dessas atividades a um terceiro permite a expansão da jornada de trabalho e, por consequência, o aumento da mais valia absoluta. (Além de diminuir a pressão sobre os governantes ao que se refere à qualidade e à universalidade daqueles serviços)

Os trabalhadores do EA que estão alocados nos setores dinâmicos da economia ou em suas franjas têm a sua disposição o crédito. Assim, a circulação das mercadorias que compõem a cesta é alavancada seja por meio do fundo público (financiamentos para compra de imóveis ou veículos) como pela iniciativa privada financeira que encontra no Brasil as mais altas taxas de juros para especulação, inclusive, na venda de alimentos a prazo. A dependência do crédito impõe a esses trabalhadores a intensificação da produtividade, por via de consequência, o aumento da taxa de mais valia.

Sem explorar de forma mais sistemática, pode-se considerar que, no Brasil, o fundo público opera como antivisor e, no que concerne à criação de antimercomadorias, sua produção restringe-se ao atendimento das populações mais pauperizadas, sendo que essas fornecem o barateamento da força de trabalho do exército ativo, demonstrando a permanência da superexploração, em ambos os casos. No primeiro, de forma indireta, pois se trata do trabalho vivo de um estrato populacional agindo na valorização do valor por meio do barateamento da força de trabalho (seja enquanto oferta em abundância, seja por meio da prestação de serviços a custos reduzidos, seja recolhendo materiais reciclados pelas ruas das cidades), no segundo caso, de forma direta, pois se trata da remuneração abaixo do valor. Conforme já destacava Marini(2000, p. 160),

[...] é por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente no modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que se deriva da importação de tecnologias, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível.

Alertados por Marini (2000), segue-se descrevendo e refletindo acerca das experiências de trabalho da "marginalidade, destacando o quanto ela é necessária ao modo antagônico de controle do metabolismo social e o quanto as tentativas de alterar as condições concretas de reprodução da vida

passam pela necessária regulamentação democrática do uso do fundo público. E, nesse sentido, apresentar-se-ão os dois casos destacando deles o que os diferencia, de modo que o *corpus* empírico se constitua enquanto universo de análise.

4 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS E ASSOCIAÇÃO MUNDO NOVO: OS CASOS

Este item está dividido em dois tópicos. Intenta-se, no primeiro, apresentar os trabalhadores dos dois casos estudados enquanto membros da superpopulação estagnada; e, no segundo tópico, serão apresentadas as especificidades na formação dos grupos e nas suas experiências de trabalho.

4.1 MTD e ACMN: A superpopulação estagnada moderna

Anteriormente mencionou-se que Meneleu Neto demonstrou haver uma reposição invertida do exército de reserva. Resta, neste momento, apresentar a manifestação particular desse fenômeno que culminou na formação de um movimento social de desempregados e em uma associação de catadores.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados forma-se no final da década de 1990. Nele reúnem-se os trabalhadores que perderam seus empregos em função da intensificação da reestruturação produtiva. Segundo dados do IBGE, na Região Metropolitana de Porto Alegre, local em que nasce o MTD, em 1992, a taxa de desemprego aberto alcançava 5,52 pontos percentuais. Ao longo dessa década houve um incentivo estatal destinado ao setor privado, visando o aumento da industrialização do estado e, discursivamente, a geração de empregos. No entanto, apesar da instalação de várias plantas produtivas na região, no ano de 2000, a taxa de desemprego aberto era de 7,2 corroborando as afirmações/alegações de Marx de que o desenvolvimento das forças produtivas demanda cada vez menos trabalhadores. O depoimento do representante sindical relata em palavras o dilema que os números nem sempre revelam.

“Aí o desemprego bateu. E era todo dia gente chegando aqui [na sede do sindicato] querendo saber o que fazer. E agora? Até ontem ele era nosso associado. Até ontem vinha aqui como empregado, participava das lutas por aumento de salário. E hoje? Hoje, aquele cara que foi meu colega, que é meu amigo, é um desempregado. Nós não sabíamos o que fazer com essa gente toda. Nós tínhamos as assistências [médica e jurídica], mas não era isso que eles precisavam. As reivindicações era por ter trabalho novamente, emprego!”
(Entrevista com sindicalista – Canoas)

Esses trabalhadores desempregados, moradores das periferias, receberam apoio das Pastorais Operárias. Contudo, essa entidade havia mudado o foco de atuação: de formadores e articuladores

políticos para agentes de ações assistenciais, sobretudo a doação de cestas básicas. A ação das pastorais tem caráter nacional, e a troca de foco de atuação na década de 1990 também ocorreu no Paraná. Na cidade de Curitiba, os moradores de um bairro periférico recebiam mensalmente cestas básicas do grupo de fiéis da Igreja local, como relata a informante.

“Porque bem lá no comecinho, [...], a gente pegava cesta básica na igreja. Só que você todo mês pega aquela cesta, acaba ficando cômodo. Aí em algumas reuniões [em 2000] o pessoal se juntou viu que a maioria do pessoal aqui era catador. Então como ajudar esses catadores?” (Entrevista com catadora da ACMN)

As ações, tanto no RS, quanto no PR mostraram suas limitações ao aproximar-se o final da década de 1990, como se verá adiante. Antes, torna-se relevante observar como o cotidiano dos trabalhadores que inauguram o novo milênio revelam similitudes com as colocações de Marx realizadas no século XIX sobre as formas de manifestação do ER – *superpopulação relativa fluente* ou *líquida*, como *superpopulação relativa latente* e como *superpopulação relativa estagnada*.

O crescimento do ER, por exemplo, é visível na constituição do MTD, visto que os trabalhadores, aos quais os sindicatos não sabiam como atender, tinham composto o estrato dos trabalhadores ativos anteriormente.

“[Hoje], aquele cara que foi meu colega, que é meu amigo, é um desempregado!”. (sindicalista referindo-se a meados de 1990)

Para os fiéis da Pastoral Operária, o movimento de deslocamento de indivíduos do exército ativo ao exército de reserva e da superpopulação fluente desse exército à camada da superpopulação relativa estagnada é percebida pela necessária continuidade de donativos como também pela busca de alternativas para alterar a realidade vivida. Em uma pesquisa realizada por fiéis do RS com mais de dois mil desempregados da região metropolitana de Porto Alegre acerca do desemprego, verificou-se que, em meados da década de 1990,

as pessoas diziam que alguma coisa de concreto tinha que ser feito. [...] Isso era que as pessoas estavam dispostas ir para a luta. E quase 100% das respostas era que sim. Que as pessoas estavam dispostas a ir para a luta.” (Entrevistada do MTD).

Inicia-se, assim, o processo de constituição de um movimento social.

Marx afirma que, na camada da superpopulação relativa estagnada, estão presentes os incapazes para o trabalho, mas como se apontou anteriormente, essa capacidade se refere à qualidade da força de trabalho necessária para pôr em movimento determinados meios de produção que estão empregados nos setores mais centrais da economia.

Uma breve descrição do perfil dos catadores da região metropolitana de Curitiba permite visualizar a incapacidade daqueles homens e mulheres que são capazes de transformar lixo em matéria-prima para a grande indústria. Os trabalhadores da ACMN são um exemplo de força de trabalho sem a qualidade necessária para a mobilidade entre os estratos que compõem o exército de reserva. Para exemplificar, trazem-se os dados de uma pesquisa realizada por D. Ferraz no ano de 2012. Nessa pesquisa foi aplicado um questionário a uma amostra representativa de catadores que se encontram organizados em Coletivos de Trabalho. Destes, verificou-se que 13% dos catadores têm menos de um ano de estudo, 32,3%, até quatro anos de estudo e 48,4% têm entre cinco e oito anos de estudo. A renda média familiar desses trabalhadores é de 725 reais. Ainda verificou-se que 71% dos catadores envolvidos em empreendimento de trabalho na região metropolitana de Curitiba são mulheres. Dados divulgados pela Cepal referente ao ano de 2010 demonstram que aproximadamente 30,5% da população feminina brasileira não têm autonomia econômica. Esse número, para os homens, é de 16,5%. Considera-se autonomia econômica “[...] a capacidade das mulheres de gerar ingressos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições que os homens” (CEPAL, 2012, livre tradução dos autores). Ainda, 48% dos catadores nasceram em zonas rurais ou urbanas que não são polos industriais e migraram para a capital na expectativa de encontrar melhores oportunidades de trabalho, tendo em vista a dificuldade do labor no campo. Dado empírico que corrobora a afirmação de Marx acerca da superpopulação relativa latente, embora a situação no campo na época de Marx não ser a mesma encontrada atualmente.

Os dados para os integrantes do MTD, que também participaram da pesquisa referenciada, não são tão diferentes. Cerca de 70% dos integrantes desse movimento são provenientes de zonas rurais ou urbanas que não são polos industriais, mas, no que tange à renda média familiar, tem-se que no MTD esse valor é de 396 reais.

Assim, observa-se, pelo processo de constituição do MTD, que ele emerge da fluência dos trabalhadores da ativa para o exército de reserva e, os trabalhadores do setor da reciclagem da região metropolitana de Curitiba incorporam ao universo de análise o fato concreto de que eles não

compõem o exército ativo de trabalhadores, pois não vendem sua força de trabalho a um capitalista. Contudo, 23% deles trabalham mais do que oito horas diárias e 34% deles trabalham mais do que cinco dias por semana. Comprovam, portanto, que são força de trabalho em atividade.

Em face das realidades descritas, os integrantes da superpopulação relativa estagnada organizam-se, seja para coletivamente aumentar a renda proveniente do trabalho (ACMN), seja para reivindicar apoio estatal via investimentos do fundo público (MTD), como se verá a seguir.

4.2 Fundo público e doações da sociedade civil

4.2.1 A experiência no RS: da caridade à luta pelo fundo público

Conforme já exposto acerca da consciência social sobre a meritocracia, um ponto era comum, tanto aos assistidos, quanto aos agentes da assistência: não é digno viver das doações alimentícias e, em função disso, *alguma coisa de concreto tinha que ser feito*.

O longo tempo decorrido da perda do emprego somada às poucas condições de infraestrutura dos locais de moradias, a crescente violência e a problematização quanto à doação de alimentos, potencializaram a organização dos trabalhadores da região metropolitana de Porto Alegre em grupos que iniciaram uma série de reivindicações junto ao poder público local, visando à efetivação de políticas sociais. Políticas que deveriam destinar parte do fundo público para a satisfação de necessidades básicas dos trabalhadores e, portanto, possibilitar melhores condições concretas de reprodução da força de trabalho que eles ainda almejavam vender.

Foram dois anos de manifestações nas ruas e de ocupação de prédios públicos até o consentimento do poder estadual. Constitui-se um grupo para discutir uma lei de geração de trabalho e renda para a população das periferias urbanas. Em 2001, aprovou-se a lei dos Coletivos de Trabalho que permitiu que os integrantes da superpopulação estagnada projetassem o fim da dependência das doações, visto a possibilidade de trabalharem e qualificarem-se.

Se, por um lado, o fundo público destinado à execução da lei possibilitaria acionar o papel de produtor de antimercadorias de uma porção da riqueza social apropriada pelo Estado, por outro, o baixo valor da remuneração recebida pelos trabalhadores em troca da prestação de serviços

demonstra a superexploração da força de trabalho efetuada, via precarização das relações de trabalho, inclusive, no âmbito da esfera pública.

A primeira forma de precarização da lei ocorre nas Frentes Emergenciais de Trabalho (FET). A FET inaugura contratando cerca de 500 integrantes do MTD, pelo período temporário de seis meses, para *faxinar a cidade* (entrevistada militante Bartolina), ou seja, era responsabilidade desses trabalhadores, durante a jornada de oito horas, varrer ruas, limpar arroios e margens de rios, pintar bancos de praças etc. Em troca, recebiam uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo à época (o equivalente a 115,14 dólares americanos por mês).

Durante o período de prestação dos serviços, os trabalhadores deveriam também participar de cursos de requalificação. Para tanto, recebiam uma cesta básica e passagens de ônibus para deslocarem-se até o local do curso. Uma série de imprevistos da gestão do Programa fez com que os cursos de capacitação fossem ofertados após o encerramento do período de contratação para o trabalho. Não se adentrará nos detalhes desses imprevistos, nem mesmo se assim devem ser qualificados, mas, à guisa de exemplo, menciona-se que a licitação para a contratação de uma instituição de formação foi publicada meses depois de as atividades da FET terem começado, impossibilitando, portanto, a concomitância entre trabalho e estudo. Além disso, tais imprevistos inviabilizaram a recontração dos trabalhadores porque eles estavam em débito com a esfera pública. Sem o apoio financeiro que daria aos contratados relativa tranquilidade para o estudo, eles não conseguiram se qualificar.

Como as atividades laborais desenvolvidas no projeto não apontaram para a possibilidade de condições estáveis de trabalho, o retorno à dependência dos donativos foi a alternativa concreta que eles vislumbraram no horizonte próximo. Essa perspectiva impulsionou os integrantes do Movimento a reivindicarem uma nova forma de geração de trabalho e renda e, assim, propuseram os Coletivos de Trabalho. O lema acionado para chamar a atenção dos governos municipais e estadual estava relacionado a uma crítica ao Programa Fome Zero do governo federal. Afirmando que *Fome Zero é Trabalho*, eles propunham e reforçam a noção de que é por meio do *suor do rosto* que deve ser realizada a reprodução da vida. Após várias manifestações públicas, acordou-se a liberação de verbas do fundo público para a constituição de grupos de trabalho. Os integrantes do MTD constroem várias experiências: artesanato (produção de bijuterias, pintura de panos de pratos, confecção de roupas

em tricô crochê), costura e reparo de roupas, panificação e produção de materiais de limpeza dentre outros.

O suporte à geração de trabalho e renda dos grupos de trabalho não se diferenciava das FETs, pois previa a destinação de uma bolsa auxílio, cesta básica e cursos de capacitação. A diferença estava na gestão do projeto. Por tratar-se de empreendimentos de produção, o acompanhamento técnico ocorria ao longo dos doze meses da concessão das bolsas. Os grupos tinham entre seis e doze pessoas, que optaram pela autogestão, ou seja, pela tomada de decisões coletivas, pela posse coletiva dos meios de produção e pela distribuição equânime do resultado financeiro auferido com a atividade.

O que aconteceu com esses grupos ao longo daqueles meses? Cada grupo tem sua história específica, porém certas dificuldades e os desfechos foram comuns a todos.

As dificuldades: os grupos não dispunham dos meios de produção necessários (em condições e quantidades suficientes) para desenvolver as atividades produtivas. Faltavam-lhes máquinas de costuras, fornos, misturadores de produtos químicos etc.; ademais, os grupos não tinham um espaço próprio para a realização da produção. Essas eram aconteciam nas casas dos integrantes. Residências que não contavam com infraestrutura adequada para a moradia, quiçá para comportar um grupo de trabalho e suas atividades. Em geral, os associados dos empreendimentos concordaram que a matéria-prima seria comprada com o dinheiro da bolsa auxílio e, quando essa terminasse, o resultado do empreendimento deveria ser suficientemente positivo para investir no negócio e remunerar o trabalho. Torna-se relevante destacar que as bolsas atuavam como capital de giro, por decisão coletiva e, unicamente, pelo fato de que todos os trabalhadores eram beneficiários dos programas de assistência social do governo federal, o programa que eles criticavam: o Fome Zero.

Doze meses não foram suficientes para desenvolver a autonomia dos grupos de trabalho, pois um fato se impõe: não é suficiente produzir valores (de uso e de troca;) é preciso realizá-los e isso ocorre na esfera da circulação. O grau de produtividade dos grupos não era suficiente para a competição com as empresas privadas. Eles não conseguiam operar dentro do tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção de suas mercadorias conforme os preços efetutados no mercado. Em suma, como explicado por Marx, o que determina o valor de troca é o *quantum* de trabalho médio socialmente necessário e o capitalista individual que não opera nesse patamar ou é

forçado à inovação ou levado à falência. Os empreendimentos populares não estão a salvo dessa regra.

Dois fatores são determinantes da condição de não concorrência na qual se encontravam os empreendimentos populares: 1) os meios de produção utilizados eram defasados em relação à moderna indústria pós-reestruturação produtiva; 2) a qualidade da força de trabalho que tinham os envolvidos com os empreendimentos permitia apenas que eles atuassem na produção de mercadorias e serviços com baixo valor agregado. Por exemplo, para a confecção de roupas, exige-se um *know-how* sobre as tendências da moda ou uma capacidade técnica da cópia fidedigna dos produtos considerados de alta qualidade. Nesse caso, a falta de força de trabalho qualificada para atender essas exigências obstaculiza a realização do valor na esfera da circulação. E, seguindo a reflexão, quando se desloca para a produção de roupas de baixa qualidade, outro imperativo é posto: a competição com as grandes fábricas clandestinas que utilizam mão de obra semiescrava no Brasil, como já discutido por (PONCES *et al.*, 2008).

Assim, enquanto a compra da matéria-prima e a remuneração da força de trabalho eram subsidiadas pelo Fundo Público, por meio da efetivação da Lei Coletivos de Trabalho e/ou pelo Programa Fome Zero, os trabalhadores conseguiam manter suas atividades. Isso porque a mercadoria produzida e vendida carregava, cristalizada em seu valor de troca, uma parte do valor da força de trabalho e uma parte do valor das matérias-primas que não se refletiam no preço do produto por serem subsidiados. Sendo assim, tem-se a política pública funcionando concomitantemente como produtora de antivalor e de antimercadoria. (Após os vinte e quatro meses – o projeto foi renovado –, só o empreendimento de costura que adquiria sua matéria-prima via doação de retalhos de um projeto de responsabilidade social de uma indústria têxtil conseguiu manter suas atividades, uma vez que a função do fundo público de produção de antivalores foi substituída pelas doações assistenciais das empresas privadas).

Observa-se, portanto, que a despeito da superpopulação consolidada trabalhar, suas atividades somente se sustentam quando subsidiadas pelo fundo público e/ou pelos programas de caridade e de responsabilidade social corporativa. É oportuno lembrar que, em geral, os custos com tais programas, ou são abatidos no imposto de renda, diminuindo o montante do fundo público, ou são transferidos para o preço da mercadoria vendida. De uma forma ou de outra, é a totalidade da população que assume os desdobramentos das decisões privadas dos empresários. Pela diminuição

do Fundo Público, todos os cidadãos são diretamente atingidos pelo decréscimo da riqueza social brasileira que, em princípio, tem suas destinações controladas por todos os brasileiros. O repasse dos custos ao preço do produto, por sua vez, é o resultado da transferência direta do custo daquelas atividades para o consumidor. Em suma, trata-se da transferência dos *falsos custos* para a classe trabalhadora, conforme já apontara Marx. O custo da manutenção da vida dos trabalhadores pauperizados da superpopulação relativa estagnada, que lá estão em função do movimento de valorização do valor, é repassado para a própria classe trabalhadora.

Ao longo da última etapa do Projeto Coletivos de Trabalho, os integrantes do MTD, que hodiernamente compreende 1.600 pessoas, elaboraram outra proposta para apresentar aos governos federal, estadual e municipais. Trata-se do Projeto Pontos Populares de Trabalho. Esse projeto prevê a concessão de meios de produção para os grupos de trabalho, bem como a destinação de uma área nos bairros periféricos, onde possam produzir e comercializar. Um espaço que possa ser ocupado pelos diferentes empreendimentos, onde haja uma cozinha coletiva e um local para as crianças brincarem – o MTD é composto, majoritariamente, por mulheres –, evitando que as mães as deixem sozinhas em casa durante o tempo de trabalho.

Essa proposta foi construída no ano de 2009 e ainda não conseguiu ser efetivada no estado do Rio Grande do Sul, mas os integrantes do MTD seguem realizando atividades de reivindicações por melhores condições de geração de trabalho e renda, bem como organizando os grupos de trabalho, a despeito do baixo retorno auferido com essas atividades.

Em resumo, pode-se considerar que o caso do MTD revela que a busca pela autonomia econômica, por meio do trabalho, dos integrantes da superpopulação estagnada, passa pela luta coletiva para superar a necessidade de doações proveniente da sociedade civil ainda que essa luta desenvolva a dependência do subsídio efetuado pelo Fundo Público.

Figura 01 - Da assistência civil à assistência do Estado



Fonte – Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

A figura 1 demonstra que os trabalhadores organizados no MTD, assim como os demais trabalhadores brasileiros que têm baixa renda, são beneficiários dos programas governamentais. À guisa de exemplo tem-se o Bolsa Família. Todavia, esses trabalhadores organizam-se justamente para alterar a realidade posta e desejam construir formas de sociabilidade em que não haja a necessidade da dependência das verbas estatais e das doações civis, ou seja, vislumbram, por meio do trabalho, a autonomia econômica. Contudo, como Oliveira (1998) destacou, o fundo público é um elemento estruturante do movimento de produção de valores. Empresas tipicamente capitalistas, transnacionais, valem-se do fundo público para a valorização de valores.

Entretanto, diferentemente dessas empresas, para o MTD, o horizonte dos projetos delinea a criação de uma sociedade igualitária; na prática, para a criação dessa sociedade, há a necessidade de depender do que negam.

“Pra tomar mais consciente tudo isso. Primeiro, isso, a lógica do capitalismo o que que é? Estudar mesmo, a economia, a política. Como se dá esse processo? Como é que se dá a questão das empresas, a concorrência, como se barateia custo? Para as pessoas terem bem presente isso: tá, e nós? Pra caírem a ficha de dizer assim: oh! Nesse sistema não tem alternativa! Como é que então assim, bom, então quer dizer que a gente não tem que fazer nada? E vamos viver de quê? Nós temos que usar essa experiência dos empreendimentos, da cooperação e tal como forma de ir sobrevivendo, de ir se juntando, de ir vendo, mas tendo presente todos esses limites. E tendo presente que não tem que entrar na lógica do capitalismo, tem que ver como é que se pega para produzir em coisas mais alternativas, que as pessoas mesmo necessitem, ali mesmo no bairro, pra comer. Usar isso como um meio [mudar as relações sociais] e não como um fim, né? Sabe?” (Trabalhadora integrante do MTD)

Por sua vez, a experiência no Paraná não visa à construção de uma sociedade mais igualitária. Os envolvidos buscam alterar as condições concretas de reprodução da vida de suas famílias, compreendendo, portanto, os empreendimentos enquanto um fim imediato e, não, como potencialidade de transformações sociais significativas. Passar-se-á a expor a realidade desses trabalhadores argumentando que, independentemente do desejo da superpopulação estagnada – construir um *outro mundo* ou de apenas sobreviver de forma autônoma –, o processo de pauperização à qual estão submetidos, em países como o Brasil, obstaculiza ambos os propósitos.

4.2.2 A experiência no PR: a permanência dos donativos em face da ausência do fundo público

A Associação de Catadores Mundo Novo (ACMN) é um grupo de trabalho formado por catadores de materiais recicláveis. Sua história inicia-se no ano de 2001 e, segundo os relatos dos associados, até aquele ano, eles trabalhavam de forma individual e, mensalmente, participavam de uma reunião na paróquia local, onde um grupo de fiéis católicos distribuía cestas básicas. A motivação para a participação no evento, portanto, vinculava-se à satisfação das necessidades corpóreas. Nas reuniões ocorridas naquele ano, os fiéis problematizaram os limites de suas ações e concluíram que o projeto de doação de alimentos, que existia há quase uma década, não resultara em alterações significativas na vida dos beneficiados. Decorreu dessa conclusão a discussão sobre outras ações concretas que pudessem efetivar uma melhoria concreta na vida da comunidade local. A demanda dos trabalhadores que eram agraciados com as cestas básicas foi por apoio financeiro para o desenvolvimento de grupos de trabalhos. Dessa demanda surgiu o Projeto Mundo Novo (PMN).

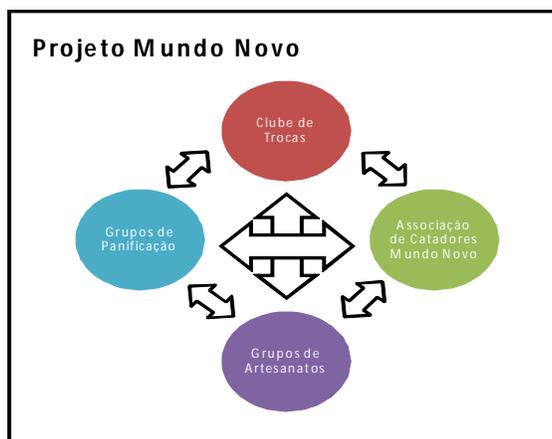
O PMN é uma rede de troca entre diferentes grupos de produção e comercialização e que usam, além da moeda nacional corrente, uma moeda própria chamada Pinhão³. Atualmente, essa rede conta com sete grupos distribuídos entre coletivos de artesanato, coletivos de panificação, coletivos de troca, oficina de costura e a Associação de Catadores Mundo Novo (ACMN), coletivo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

“Ai umas conversa que eles tiveram, eles acharam como fazer pra pessoa não só ganhar a cesta básica, mas também trabalhar, né? E foi descoberta a maior parte daqui era catador, daí alugaram uma casa, compraram os carrinhos e a gente começou a trabalhar.” (Relato de uma Associada do MN).

³ O nome da moeda leva o mesmo nome da semente da Araucária, árvore típica da região e símbolo do estado do Paraná.

Sobre esse, serão mostrados maiores detalhes. A figura 2 representa as relações entre os diferentes grupos ou coletivos de trabalho e cooperação.

Figura 02 - Relações de troca no Projeto Mundo Novo



Fonte – Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

A Associação Novo Mundo está localizada em um bairro periférico da cidade de Curitiba e sua sede ocupa um terreno da prefeitura, sob o contrato de comodato. Essa é uma conquista recente, pois, anteriormente, o grupo ocupava uma casa que ficava no terreno atrás da igreja. O grupo de fiéis pagava o aluguel do imóvel, as contas de energia elétrica, abastecimento de água e telefone da Associação. Com a concessão do espaço pelo poder local, o grupo seguiu responsável pelo pagamento dos demais custos. Assim, no lugar de doações de cestas básicas, agora o grupo da igreja doa parte dos meios de produção necessários para a realização do trabalho.

A ACMN construiu, recentemente, um prédio em alvenaria onde ficam a cozinha, os banheiros e uma sala para reuniões. A verba utilizada para tal construção foi adquirida via apresentação de projeto ao edital de uma empresa pública, projeto que foi construído com o apoio de profissionais ligados à Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos.

No terreno, há ainda um galpão coberto para armazenar o produto final (fardos) e alocar as duas prensas e a balança da associação, todas adquiridas por meio de doações. Em outro espaço do terreno estão as baias de separação individual. Cada associado conta com um espaço coberto onde deposita o material coletado e realiza a sua separação .

No início das atividades, os carrinhos utilizados na coleta do material reciclável não eram dos catadores, salvo exceções. Os trabalhadores alugavam o veículo de atravessadores, que, no final do dia, compravam o material coletado. Essa forma de transação colocava o catador sob forte dependência do atravessador, sendo que a grande assimetria de poder entre eles era determinante no estabelecimento do preço a ser pago pela mercadoria coletada. Em face dessa realidade, o grupo de fiéis apoiadores providenciou a aquisição desse meio de trabalho, que passou a ser de posse coletiva do grupo.

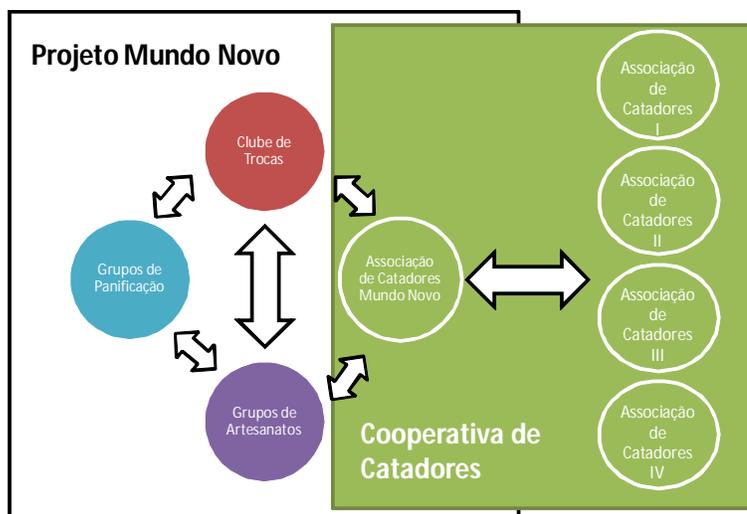
A ACMN possui também um pequeno caminhão, doado por um instituto internacional ligado à igreja católica, a Cáritas australiana. Esse veículo é utilizado para a coleta de materiais recicláveis doados por empresas da região. Como nenhum catador tem carteira de habilitação, eles recorrem aos moradores da localidade que voluntariamente, ou por uma remuneração simbólica, efetuam o trabalho de condução do veículo. Por homologia, é possível indicar que o PCMN aproxima-se da proposta dos Pontos Populares de Trabalho construído pelo MTD, porém custeado pela sociedade civil organizada e, não, pelo fundo público, como deseja o Movimento. Contudo, essa diferença, conforme destacam os apoiadores da ACMN, traz consequências na organização do grupo.

“Eles têm os vícios dos igrejeiros, vício que vem da origem. Os grupos que conseguem se organizar sozinhos e se desvincularem do apadrinhamento das igrejas aprendem a lutar pelo que precisam. Batem na porta da prefeitura, reivindicam pela casa, pela creche, pelo saneamento pra terminar com as enchentes. Agora, tem grupos que, se conseguem tudo de doações, acaba acomodado. Faz tempo que a gente coloca lá na parede as contas de água e luz, só pra eles ter ideia do quanto isso tudo custa. Que se eles precisassem pagar as contas, iria sobrar bem pouquinho. Aí, quem sabe, eles iriam, junto com os outros [grupos], reivindicar do poder público”. (Técnica de uma Organização da Sociedade Civil)

Segundo uma das associadas, a continuidade das atividades coletivas é possível em função de o resultado financeiro ser destinado, em sua integralidade, para a remuneração dos associados. Caso eles tivessem que arcar com os custos mensais, teriam a renda comprometida. Com isso, eles parecem compreender a importância das doações. Contudo, não problematizam a dependência que eles têm com indivíduos particulares que agem por amor a uma fé e, não, por serem responsáveis pela erradicação das condições de miserabilidade dos trabalhadores da periferia, como são os indivíduos particulares que assumem os governos em suas distintas instâncias.

Atualmente, uma forma de aumentar a renda dos trabalhadores está sendo construída: a formação de uma cooperativa de comercialização. Essa cooperativa tem como sede a própria ACMN e é constituída por outras quatro associações localizadas em Curitiba e na Região Metropolitana. O objetivo principal da cooperativa é aumentar a quantidade produzida de fardos de materiais recicláveis. Com isso, poderão vender diretamente às indústrias de transformação, eliminando a negociação com os atravessadores. A venda direta, segundo expectativa dos trabalhadores, possibilitaria multiplicar a renda atual por dois. A figura 03, demonstra como estará composta a rede do Projeto Mundo Novo com a inserção da cooperativa.

Figura 03 - Projeto Mundo Novo com a inserção da Cooperativa de Catadores



Fonte – Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

As associações que compõem a cooperativa interligam-se, portanto, ao Projeto Mundo Novo por meio da Associação de Catadores Mundo Novo. O ingresso total no Projeto não é possível pelo fato de que os empreendimentos que dele participam recebem apoio financeiro e técnico do grupo ligado à paróquia do bairro que, por limitações orçamentárias, não estende o benefício aos grupos de outras localidades. Nesse ponto, retorna-se ao depoimento da técnica supracitada.

Os quatro empreendimentos que constituem, com a ACMN, a cooperativa não contam com apoiadores financeiros e, para melhorar as condições de infraestrutura atuais, necessitam reivindicar junto aos poderes locais a destinação do fundo público para o atendimento de suas demandas, que podem ser expressas como: campanha de conscientização da população para a separação apropriada do lixo, cessão de equipamentos de pesagem e prensagem e acesso aos equipamentos individuais de

proteção dentre outros. Esses trabalhadores, assim como os membros do MTD, fazem ações públicas para chamar a atenção da sociedade para a situação em que se encontram. Para exemplificar, um dos grupos de catadores da região metropolitana de Curitiba que faz parte da cooperativa é responsável pela separação de 92% de todo o material reciclável produzido e recolhido na cidade. Esse grupo conta com apenas três mesas de triagem, uma balança e uma prensa. O local de trabalho desses catadores não dispõe de nenhum espaço para a realização de refeições, e o banheiro é provisório. A renda auferida com o trabalho varia entre meio e um salário mínimo, pois, como a coleta seletiva na cidade não foi precedida de uma campanha de conscientização, os trabalhadores passam uma boa parte do dia separando, descartando o material orgânico que vem misturado com o reciclável.

Esse grupo, nos últimos meses, realizou várias ações públicas visando reivindicar da prefeitura um maior apoio, bem como esclarecimentos sobre a destinação da verba que estava reservada para a construção de um parque de triagem no município (investimento proveniente do poder federal via Programa de Aceleração do Crescimento). O poder público municipal informou a população sobre a finalização do programa. Contudo, nenhum parque foi construído e, oficialmente, nada foi informado sobre o destino da verba, segundo informações da comunidade local.

Os catadores da cooperativa e apoiadores vinculados a organizações da sociedade civil avaliavam como fundamental a construção desse parque para alavancar as atividades da Cooperativa. Todos os grupos, exceto os trabalhadores da ACMN, apoiaram a ação pública que oficializou a entrega da denúncia junto ao ministério público local. O não apoio a essa ação, bem como a pequena proatividade dos associados da ACMN no que se refere a reivindicar outras demandas junto ao poder local, corrobora a afirmação da assessora técnica: grupos que recebem apoio via caridade, em geral, tendem a ser menos propositivos e, nesse momento, torna-se importante destacar uma diferença entre os grupos da igreja católica que apoiam a ACMN e o MTD. O grupo que apoiava o último estava embasado na teleologia da libertação, tendo a lembrança ainda viva das lutas pela democratização do País, enquanto o grupo de fiéis que apoia a ACMN está vinculado a outra filosofia.

É relevante relatar que, no momento, a venda coletiva ainda não foi efetivada, pois ainda resta a construção de um espaço coberto no terreno da ACMN para a estocagem do material proveniente das demais associações. Essa construção somente será viabilizada caso ocorra a aprovação de projetos submetidos aos editais públicos. No momento, os trabalhadores encontram-se na etapa de

padronização da classificação dos materiais, para padronizar a qualidade dos fardos produzidos e, por consequência, realizarem coletivamente as vendas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste texto foi problematizar a aparência de um fenômeno, buscando, por meio da concretude da vida e das discussões abstratas já desenvolvidas acerca do tema, alcançar a sua essencialidade. Alcançar a essência de um fenômeno reside na busca por compreendê-lo em seu movimento de totalização, enquanto concreto resultante de múltiplas determinações evitando, portanto, permanecer na parcialidade explicativa do empírico ou na abstração idealizada.

O fenômeno em estudo, na aparência de sua manifestação, apresenta-se como um paradoxo: o esforço laborativo dos integrantes da superpopulação estagnada, nos termos em que estão postos, não garante a autonomia econômica, ainda que seja em função desta que se trabalha. Os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades para auferir renda suficiente que os retire da condição de trabalhadores pauperizados apenas com o trabalho. Há, em geral, uma pequena melhora na renda durante o tempo em que atividade produtiva e financiamento público (fundo público) e privado (doações, projetos de responsabilidade social corporativa etc.) são concomitantes. A própria atividade laboral, em si, torna-se viável apenas em função do aporte financeiro (em máquinas ou bolsas) externo. Assim, uma das constatações observadas é que as experiências de trabalho podem assegurar ao exército de reserva a produção de sua existência e conter o processo de pauperização até determinados limites, pois a lógica da precarização das relações de trabalho e o decréscimo do valor da remuneração do fator trabalho são movimentos necessários e inerentes à acumulação do capital – intensificando e expandindo a superexploração da força de trabalho, posto que o processo de produção do exército de reserva e seu processo de pauperização são, a partir de uma visão histórico-materialista do modo de produção capitalista, elementos necessários e constituintes de um mesmo movimento, o de valorização do valor, concomitante e diretamente relacionado ao de *desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico* no mundo contemporâneo.

Embora o desenvolvimento da superexploração da força de trabalho esteja relacionado, com maior ênfase, aos países subdesenvolvidos economicamente, os efeitos dessa e da consequente pauperização da classe trabalhadora não tem sua extensão limitada a suas fronteiras, pois o que se pode constatar atualmente nos EUA e em países da Europa como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, considerados *centrais* em termos de desenvolvimento capitalista, são fatores que assinalam para

uma dupla impossibilidade: 1) de manutenção dos índices de valorização do valor, senão à custa da exploração da força de trabalho; e 2) de assegurar a produção da existência plena a todos os trabalhadores de um determinado país independentemente de sua condição econômica, conforme Rosdolski (2001).

Resalte-se que nesses países, um dos mecanismos acionados para a intensificação da exploração é a redução da superpopulação relativa por meio de medidas xenofóbicas. Em geral, a camada mais empobrecida das populações dos países considerados desenvolvidos é constituída de imigrantes (que fogiam da pauperização em seus países de origem) que, em épocas de crescimento econômico, num duplo movimento, pressiona a redução do valor da força de trabalho e alavanca a valorização do valor. Em épocas de crise, sua redução se faz necessária para amenizar a concorrência entre os *verdadeiros cidadãos*, possibilitando que esses ocupem postos de trabalhos por eles antes rechaçados. Nos países em desenvolvimento, tal camada é constituída por cidadãos. Na impossibilidade de *enviá-los de volta*, a medida recorrente é tratá-los como caso de polícia. Eis o movimento de criminalização dos pobres já conhecido desde o século XV. O problema da imigração se constitui lado a lado ao crescimento econômico, como pode ser acompanhado no Brasil, que tem se tornado destino de trabalhadores pobres de países como Colômbia, Bolívia, Paraguai e Haiti. Tal debate torna-se pauta das agendas de pesquisa dos estudiosos brasileiros preocupados com o processo de pauperização e as respectivas medidas de contenção adotadas por cada país.

Torna-se relevante destacar ainda a relação entre o processo de pauperização e a constituição de uma consciência sobre a necessidade da ação política. Mediante o contexto econômico e político contemporâneo aliado à análise empírica desenvolvida, pôde-se constatar que há uma relação entre a funcionalidade do exercito de reserva, em termos de produção, acumulação e centralização do capital, principalmente no que se refere à sua interferência sobre o preço de venda da força de trabalho (salários), e o processo de desenvolvimento de tensões sobre o suposto paradoxo. Como se relatou, a insuficiência das atividades caritativas impulsionou a disputa política sobre as regras de aplicação do fundo público. Isso aconteceu no MTD, isso aconteceu nos grupos que compõem a cooperativa de comercialização no Paraná, isso segue acontecendo nos inúmeros grupos de trabalho que participam das atividades da economia solidária.

Em geral, como mencionado, há uma pequena melhora na renda e, em casos raros, há o desenvolvimento da autonomia econômica dos trabalhadores. Isso ocorre quando os grupos recebem

um aporte econômico que viabilize no mesmo grau de capacidade competitiva que têm empresas privadas que operam no setor a ser explorado. Desse modo, destacou-se que o suposto paradoxo, na prática, é superado quando os grupos de trabalhadores pauperizados tornam-se *gestores de negócios*, entrando assim no movimento de competição com outros capitalistas e não superando, de modo ampliado, o movimento que um dia os tornou superpopulação relativa estagnada.

O chamado *sucesso* de alguns trabalhadores pauperizados também é necessário à manutenção do sistema de capital, como destaca Tragtenberg (2010, p. 22)

Em contraste com o sistema feudal, no qual cada um possuía um lugar fixo numa estrutura social ordenada, a economia capitalista dá possibilidades ao homem de orientar racionalmente seu plano de vida, que é, com o sistema de classes, a ascensão social. Por outro lado, esse princípio individualista separou entre si os homens.

Essa separação pode ser percebida quando se observa o arrefecimento do apoio da ACMN aos demais grupos da cooperativa, pois, ainda que o primeiro não tenha superado a necessidade da concomitância das doações e do labor, eles encontram-se (por dispor de melhores condições de infraestrutura e subsídio para suas atividades) em uma condição privilegiada em relação às outras quatro associações.

Observando o concreto para além da parcialidade, destaca-se que a pauperização dos trabalhadores é decorrente do movimento de acúmulo e centralização do capital, que os priva deste último para investimento como também da possibilidade de venderem a força de trabalho de forma estável. Contudo, essa mesma condição, em face da necessidade humana de manter a reprodução da existência, impõe a eles a condição de assistidos em busca da superação dessa condição. A assistência se manifesta enquanto doações da sociedade civil ou destinação do fundo público. Embora a regra tenha se apresentado como uma impossibilidade de essas assistências proporcionarem a autonomia econômica dos trabalhadores, elas se diferenciam enquanto possibilidade de luta política.

A aplicação da riqueza social total é móvel de disputa entre as classes e frações de classe e, nesse ponto, a impossibilidade da autonomia econômica dos trabalhadores da superpopulação estagnada reforça a ideia comum de que investir nessas experiências é desperdício de dinheiro público, não se discutindo a insuficiência do investimento, tampouco os desdobramentos de um monte maior ou menor a esse extrato populacional. No caso do MTD, fica evidente a disputa pelo fundo público.

Disputa que revela também que, para superar a pobreza numa escala ampliada, o que emerge como ponto central é a superação do processo de pauperização e, para isso, a superação do próprio movimento que os coloca em tal condição: o movimento de produção, acumulação e centralização do capital.

Esta é uma discussão que ainda não está posta de forma consciente para todos os envolvidos com as experiências de trabalho na periferia, tendo em vista a compreensão da necessária concomitância do labor e das doações enquanto um paradoxo. Paradoxo que, na discussão deste texto, se desfaz, posto que, se observa a necessidade da relação recíproca entre o labor da superpopulação relativa estagnada e as ações assistencialistas para a valorização dos valores de *outrem*.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CAMPOS, G. A. G.; PONCE, F. A. U.; LAGO, J. S. *El Trabajo o La Pobreza...quedo La explotación*. In: **Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Rio de Janeiro, 2008 [Anais]

CARCANHOLO, M. D. **Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico**. Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização. 08 a 13 de Outubro de 2005.

Rio de Janeiro, Brasil - UNESCO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2012.

CEPAL. Mujeres emprendedoras en América Latina y el Caribe: realidades, obstáculos y desafíos. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/38314/P38314.xml&xsl=/mujer/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt> Acesso em: 01 jun. 2012.

CIA. The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications//the-world-factbook/geos/sp.html> Acesso em: 01 jun. 2012.

FATTORELI. **Comunicação Oral**. Disponível em <http://www.slideshare.net/srcorrea/ufrgs-conjunturanacionalinternacionaleaprevidencia> - acesso em 12 de jan. de 2012.

FERRAZ, D. L. S. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal**: discutindo categoria. 2010. Tese (Doutorado em Administração) UFRGS, Porto Alegre.

GORENDER, J. Introdução. In: MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, 1996.